



O povo é a alegria do futebol: um olhar antropológico sobre cidadania e democracia em clubes brasileiros

Vinícius Teixeira Pinto¹  
Universidade Federal de Pelotas

Resumo

Uma década após a Copa do Mundo FIFA de 2014, é possível avaliar, a partir de uma relevante variedade de estudos, pesquisas e abordagens multidisciplinares, a “elitização” e a “arenização” como consolidadas do futebol brasileiro em seus níveis principais. Aqui, a proposta é esmiuçar alguns dos efeitos desse processo que provocou radicais transformações nas cidades brasileiras e na fruição dos esportes por parte dos torcedores. Nossa ênfase recairá, em especial, ao que denominamos “efeitos colaterais” da arenização, isto é, mobilizações de agrupamentos e coletivos de torcidas que aparecem como reações – seja pela crítica, seja pela recusa, seja pela negociação – e que impactam efetivamente a política tanto dentro de seus clubes como também para fora deles. O ponto de partida advém de pesquisa realizada com grupos do Sport Club Internacional em Porto Alegre, principalmente da atuação de um coletivo chamado O Povo do Clube. Desde abordagem antropológica, pensaremos, principalmente, como noções de democracia e cidadania estão sendo incorporadas ao universo futebolístico no período posterior à remodelação do estádio Beira-Rio.

Palavras-chave

Democracia. Cidadania. Torcidas de futebol. Antropologia política.

1. Cientista Social formado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com mestrado (PPGAS/UFSC) e doutorado (PPGAS/UFRGS) em Antropologia Social. Atualmente é professor substituto do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (DAA/UFPel).

The people are the joy of football: an anthropological approach to citizenship and democracy in Brazilian clubs

Abstract: A whole decade after the 2014 FIFA World Cup, a wide variety of studies, research and multidisciplinary approaches have made it possible to assess the “elitisation” and “arenisation” of Brazilian football as consolidated at its main levels. Here, the objective is to scrutinise some of the effects of this process, which has caused radical changes in Brazilian urban centres and in supporters’ experience of sport. Our emphasis will be on what we call the “collateral effects” of the “arenisation”, i.e., the mobilisations of supporters’ groups and collectives that appear as reactions – whether through criticism, refusal or negotiation – and that have an effective impact on politics both within their clubs and outside them. The starting point comes from research carried out with Sport Club Internacional groups in Porto Alegre, mainly the activities of a collective called O Povo do Clube. From an anthropological approach, we will think principally about how notions of democracy and citizenship are being incorporated into the football universe in the period following the remodelling of the Beira-Rio stadium.

Keywords: Democracy. Citizenship. Supports groups. Political Anthropology.

La gente es la alegría del fútbol: una mirada antropológica hacia la ciudadanía y la democracia en los clubes brasileños

Resumen: Toda una década después de la Copa Mundial de la FIFA 2014, una gran variedad de estudios, investigaciones y enfoques multidisciplinares han permitido evaluar la “elitización” y la “arenización” del fútbol brasileño, tal y como se ha consolidado en sus principales niveles. Aquí, el objetivo es examinar algunos de los efectos de este proceso, que ha provocado cambios radicales en los centros urbanos brasileños y en la experiencia deportiva de los aficionados. Ponemos énfasis en lo que denominamos “efectos colaterales” de la “arenización”, es decir, las movilizaciones de grupos y colectivos de hinchas que aparecen como reacciones – ya sea a través de la crítica, el rechazo o la negociación – y que tienen un impacto efectivo en la política, tanto dentro de sus clubes como fuera de ellos. El punto de partida procede de la investigación realizada con grupos del Sport Club Internacional de Porto Alegre, principalmente las actividades de un colectivo denominado O Povo do Clube. A partir de un enfoque antropológico, pensaremos principalmente en cómo las nociones de democracia y ciudadanía se están incorporando al universo del fútbol en el período posterior a la remodelación del estadio Beira-Rio.

Palabras clave: Democracia. Ciudadanía. Hinchadas de fútbol. Antropología Política.

Introdução

Futebol não é alegria do povo. O povo é a alegria do futebol².

No esporte, 2020 não foi apenas o ano em que a pandemia de um novo vírus modificou drasticamente a rotina das competições esportivas ao redor do mundo, interrompendo-as inicialmente, e retomando-as com restrições do acesso das assistências. Em diferentes capitais do Brasil, esse ano foi marcado também pelo inesperado protagonismo das torcidas de futebol – em especial as antifascistas – que, à medida que o vírus saía de controle, deixaram suas diferenças de lado e atuaram em conjunto nos

2. Cartaz fotografado no estádio do Corinthians quando do retorno do público aos jogos de futebol durante a pandemia da Covid-19.

protestos contra o governo de Jair Bolsonaro e as formas como a pandemia vinha sendo gerida – ou mal-gerida no país. Entre as palavras de ordem empregadas não apenas por torcidas, a que mais se destacou foi a defesa da “democracia”³. Da noite para o dia, os holofotes tanto da análise de conjuntura político-partidária quanto dos pesquisadores acadêmicos se voltaram a esses torcedores, ora recordando como futebol e política se relacionam, ora vislumbrando caminhos para as esquerdas⁴.

Nesse mesmo ano, acompanhamos, em escala local, um evento, de impactos ainda difíceis de mensurar dada a pequena preocupação de análise, cujo interesse público foi ínfimo quando comparado com a ascensão das torcidas antifascistas. Em Porto Alegre, o Sport Club Internacional (em diante, Inter) realizou as maiores eleições já vistas em um clube de futebol brasileiro, consagrando o movimento “O Povo do Clube” (PdC) como uma das principais forças eleitorais em sua instituição. Embora esse grupo de associados não tenha tido chances de vitória na corrida presidencial, obteve o maior número de representantes no Conselho Deliberativo do clube. O coletivo não é exatamente uma torcida, mas antes um “movimento” de acordo com as regras da política eleitoral do clube. Isto é, trata-se de um coletivo de associados, ligados ou não a torcidas organizadas ou outros grupos, que se reúne com o propósito fundamental de concorrer nas eleições, tanto ao Conselho Deliberativo quanto à Presidência. Sua peculiaridade em relação aos demais movimentos do clube é que tem sido ligado aos hoje ilustres torcedores “antifas”, a movimentos sociais e partidos à esquerda do espectro político, além da luta por um “futebol popular”, por “democratização” em clubes e estádios e ainda pelos “direitos de torcer”. Sua consolidação indica a relevância adquirida por uma certa noção de democracia no universo do futebol.

O processo eleitoral do Inter, dentro de um contexto em que as torcidas discutem e reivindicam direitos de participação em seus clubes de futebol, suscita uma série de questões e debates. Poderíamos indagar, antes de tudo, como a categoria “democracia” e dadas noções de “direitos”, que originalmente são exógenas ao mundo do futebol, têm se convertido em alguns dos principais eixos de atuação de algumas dessas torcidas ao redor do país. Que trajeto teria traçado esta categoria para que, decorridos quase cem anos da profissionalização deste esporte, haja chegado ultimamente aos estádios brasileiros e inclusive às esferas formais das instituições que organizam e disputam o jogo no terreno esportivo? De que modo categorias como estas podem ter agenciado a formação ou a reorganização de coletivos torcedores nos anos recentes? O que estes grupos têm

3. Ver “Torcidas Antifascistas assumem linha de frente da mobilização contra Bolsonaro e atraem oposição”, disponível em <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-06-01/torcidas-antifascistas-assumem-linha-de-frente-da-mobilizacao-contra-bolsonaro-e-atraem-oposicao.html> (acessado em 27 de julho de 2024).

4. Cf. Oliveira (2021), Souza Jr (2020), Fernandes (2020), Barreto (2020), Said (2020), Ronchete (2021).

feito, a partir do manejo de ideias relativas à democracia, com seus clubes de futebol e – como vimos em protestos contra o governo Bolsonaro – com demais contextos sociais e políticos em que se inserem?

Nas páginas a seguir, proponho uma análise da reivindicação recente da democracia no futebol brasileiro a partir do caso colorado. Tendo por referência uma antropologia da democracia que busca avaliar a categoria enquanto experiência contingente, vivida localmente e elaborada no cotidiano de diferentes grupos e pessoas (Paley, 2002), darei especial ênfase ao contexto do surgimento de torcidas de futebol que hoje mobilizam tal categoria, considerando a natureza associacionista dos clubes de futebol e o contexto das transformações passadas por este esporte no século XXI, com ênfase sobre os megaeventos esportivos e suas reverberações políticas com a aparição de coletivos contestatórios. Para analisar como noções de cidadania e democracia incidiram desde a última década no universo esportivo, amparo-me essencialmente em um projeto de doutorado conduzido com a participação de diferentes grupos de torcedores do Inter em Porto Alegre e além. Neste conjunto, inclui-se o diálogo em integrantes de torcidas organizadas, de Consulados⁵, do Conselho Deliberativo e dos movimentos políticos do clube. São inserções de campo que não se restringem a um grupo em específico e, não raro, apanham os interlocutores em suas diferentes facetas, afinal alguns(mas) são vinculados(as) a mais de um desses grupos⁶. Assim, embora a ênfase inicial da pesquisa não tenha sido direcionada exatamente ao PdC, encontrei, tanto nas torcidas organizadas quanto nos Consulados, pessoas que, em que pese suas diferenças de classe social, gênero, etnia/raça e formas de participação torcedora, vinculavam-se a este movimento político. Dada a amplitude de abordagem, mais do que uma etnografia da formação do PdC, enquanto grupo ou totalidade coesa e autocontida, interessa-nos antes o processo de transformação do futebol e dos clubes no recorte temporal da última década. Assim, deixo um pouco de lado métodos e ritos deste coletivo para priorizar um olhar mais afastado e em diacronia preocupado precisamente com definições do político (Candea, 2011) no contexto esportivo.

Bem sabemos – e há densa literatura a respeito – como os esportes eram, em seus inícios, exclusivos às elites urbanas locais, tanto no que concerne à prática como à

5. Consulados são grupos de torcedores que – reconhecidos formalmente por seus clubes – atuam como representantes em localidades afastadas. Esta forma de organização torcedora é destacada em Inter e Grêmio que possuem, cada um, cerca de 1.000 representações distribuídas em diferentes países.

6. A pesquisa resultante do projeto é ampla no que diz respeito às inserções etnográficas e às experiências do pertencimento clubístico a partir do Rio Grande do Sul. Devido à proposta fundamentalmente comparativa muitas vezes, e é o caso aqui, as minúcias situacionais são deixadas em segundo plano, dado o privilégio à abordagem processual. Para um debate metodológico mais detalhado sobre como este trabalho resulta de uma das partes do projeto, cf. Teixeira Pinto, 2022, p. 53-69.

fruição (Malaia, 2012; Melo, 2001; 2012; Mascarenhas, 2014). No caso porto-alegrense, foram sobretudo os clubes germânicos, que, com práticas de associação em clubes, consolidavam valores identitários étnico-nacionais, as frações sociais que, ainda no século XIX, desenvolveram as modalidades do remo, do ciclismo e, já no século XX, do futebol (Damo, 1998; Mazo, 2003; Horn; Mazo, 2009; Karls, 2017). Como veremos aqui, esses clubes esportivos eram espaços de difícil acesso, impedindo a filiação de quem eventualmente não compartilhasse pertencas de grupo étnico, de classe social e de gênero⁷. Somente após a popularização do futebol e, principalmente, depois da profissionalização nos anos 1930, foi possível identificar diversidades sociais e raciais nos campos de futebol. Isso não ocorreu sem conflitos e não sem que as elites reservassem a si novos espaços exclusivos: o dirigismo de clubes, de associações e de ligas esportivas, em um processo que vem sendo descrito como “democratização funcional” (Leite Lopes, 1995). Um século depois da chegada do futebol, a esmagadora maioria dos clubes manteve a política interna acessível a somente uma mínima parcela de seus torcedores, algumas centenas de sócios que cumprem requisitos para a participação política e acessam esferas como conselhos de gestão ou conselhos deliberativos, o que vale também para alguns dos clubes que se tornaram Sociedade Anônimas de Futebol (SAF), pois, embora a venda do clube tenha limitado o futebol ao governo de um proprietário ou de uma companhia privada, muitos desses clubes conservaram a sociedade civil com poderes para negociar com a SAF, mas sem poderes para interferir na gestão do futebol. Na contramão disso, uns poucos, e é o caso dos clubes porto-alegrenses, abriram a participação a qualquer associado, o que, desde a última década, tem proporcionado disputas eleitorais para colégios eleitorais do tamanho de cidades de porte médio, inaugurando uma arena da política esportiva que está agora ao alcance de dezenas de milhares de sócios.

Para analisar como noções de cidadania e de democracia estão incidindo contemporaneamente sobre o universo esportivo do futebol brasileiro, procederemos através de três etapas. No primeiro momento da exposição, avaliaremos a composição dos clubes de futebol desde um olhar em diacronia. Ao recuperar a mitologia de fundação do Inter, em especial a partir da rejeição sofrida por seus fundadores no Grêmio, discutiremos como a herança associacionista é essencial para concepções enraizadas a respeito do clubismo brasileiro. Não se trata de afirmar que os modelos de clube atuais refletem os clubes de outrora, mas espera-se pensar como o associacionismo enquanto ideologia moderna incide sobre os modos como torcedores se relacionam atualmente

7. Embora as mulheres frequentassem os clubes sociais, faziam-no na condição de dependentes de seus pais ou de seus maridos. O caso da filiação da primeira mulher do quadro social do Inter em 1918 (ver Teixeira Pinto, 2022, p. 99-107) não iniciou uma abertura geral e irrestrita para o reconhecimento de mulheres como iguais, mas, ao contrário, consistiu em uma exceção a reforçar a regra.

como seus clubes. Em seguida, adentraremos o Estatuto Social do Inter – que é o documento que regula a vida política do clube e cuja reformulação aconteceu em 2020 –, observando sua inspiração em noções do Estado de Direito, ao reproduzir sobretudo concepções da participação no quadro social à imagem da cidadania e da democracia. Por fim, trataremos detidamente sobre a consolidação do movimento colorado PdC, sua agenda e pautas, no decorrer do avanço de tendências de “reelitização” do futebol. Tal qual o cartaz levado por um torcedor e fotografado no arenizado estádio corintiano, em que se lê que é o povo a alegria do futebol e não o oposto, como imagina o senso comum, argumentamos que concepções de democracia e cidadania, mediadas pela defesa do “povo”, uma concepção marcada por raça e classe social que representa as frações afetadas diretamente pela elitização, aparecem como efeitos políticos colaterais da reorganização urbana e esportiva posterior aos megaeventos da década passada.

1 A herança associacionista nos clubes sociais de futebol de Porto Alegre

Para uma avaliação do atual momento da relação entre clubes, associados e torcedores, seria útil dar um passo atrás a fim de contextualização do futebol em um país em que o regime predominante das equipes que disputam o jogo segue sendo o associacionista (Frydenberg, 2017). Estamos tratando de um esporte que, diferentemente de outros, ainda é praticado majoritariamente por associações sem fins econômicos e de propriedade social, regidas por estatutos políticos aos moldes da vida civil e democrática:

[...] clubes de fútbol funcionan con un estatuto social donde se detallan las maneras de llevar a cabo los eventos formales tales como la elección de los dirigentes (quiénes votan, cómo deben hacerlo, cuáles son los requisitos para presentarse como candidatos o electores), la constitución de las asambleas de socios o las reuniones de la comisión directiva. [...]. Los socios participan en distintos eventos políticos y/o acuden a la sede social de sus clubes cada dos, tres o cuatro años para elegir a los dirigentes (presidente, vicepresidentes, secretarios, vocales). El asociacionismo condiciona favorablemente el despliegue de prácticas políticas en las entidades con fútbol profesional (Moreira, 2018, p. 140).

Ao redor do mundo há diferentes legislações locais e diretrizes específicas para as instituições esportivas. Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal transformaram muitos de seus antigos clubes de futebol em sociedades anônimas geridas por empresários ou fundos de investidores. Na Alemanha, por exemplo, há uma legislação específica, da propriedade mista, em que os clubes podem ter suas ações

vendidas, desde que a associação mantenha o controle societário em relação à parte empresarial⁸. No Brasil, embora a Lei Pelé, sancionada em 1998, tenha permitido a mudança de regime, os principais clubes se mantiveram enquanto associações civis. Mais atualmente com a promulgação da Lei nº 14.193/2021, a “lei das SAFs”, houve aceleração da chamada “privatização dos clubes”, quando estes deixam de ser associações civis, sendo adquiridos quase sempre por companhias estrangeiras, algumas delas multinacionais do futebol, como é o caso do City Group e da Red Bull, grupos empresariais que têm atuado pela aquisição de clubes em diferentes ligas nacionais.

Ainda assim, uma melhor compreensão do que são os clubes associativos – tenham sido convertidos em SAF ou não – e suas tramas políticas depende de uma retomada da história da chegada do futebol ao Brasil e dos processos de popularização e profissionalização do jogo. Recordemos que a invenção deste esporte, na Inglaterra da segunda metade do século XIX, figura no contexto da institucionalização e modernização dos jogos populares da Europa Medieval, um processo que introduziu os regulamentos formais e a restrição à violência (Elias; Dunning, 1992) e que é usualmente descrito como “esportivização”. Na conversão dos jogos em esportes, eles rapidamente passaram a cumprir também o papel de criar identificações coletivas à medida que, no contexto das universidades britânicas, proliferaram associações estudantis orientadas pelo gosto esportivo, o que foi determinante tanto para a produção de afinidades, quanto para a materialização de oposições entre pessoas. Afinal, representadas pelo intermédio de equipes e times, as agremiações viabilizavam espaço de sociabilidade para dentro do grupo social e, mais do que isso, um enfrentamento regulamentado entre estas pessoas e grupos (Damo, 1998, p. 26).

No Brasil, o futebol e os esportes também foram vistos como signos da modernidade europeia a serem desejados pelas elites locais na virada para o século XX (Franco Junior, 2007), e foram absorvidos em meio a outros hábitos e costumes disseminados no contexto do imperialismo britânico (Malaia, 2010, p. 15-32)⁹. Não por acaso, os estrangeiros pertencentes às elites locais que receberam tal influência, reproduziram, durante esse processo, o modelo associacionista, formando prestigiosos clubes sociais (Damo, 1998, p. 41-49). Vejamos o exemplo do Rio de Janeiro:

8. Sobre os diferentes regimes jurídicos e suas consequências, cf. Simões (2020; 2022), Moreira (2018).

9. Sem desmerecer a influência exercida pelos ingleses enquanto referência do “mundo civilizado”, cf. também a análise detalhada de Mascarenhas (2014, p. 39-53) quanto às particularidades da difusão do futebol no país, considerando que o território nacional era vasto, fragmentado e minimamente urbanizado.

Com a introdução e a posterior confirmação das práticas esportivas como parte integrante do que Norbert Elias chamou de “Processo Civilizador”, pelo qual passavam algumas cidades do Brasil em finais do século XIX e início do século XX, a formação de clubes passava a ser o passo seguinte para a disseminação dos esportes entre a alta sociedade carioca. Os clubes formados pelos membros da elite da cidade criaram uma estrutura para serem espaços de distinção social. Essa estrutura incluía a cobrança de duas taxas extremamente altas, a joia e a mensalidade. [...]. Além dessas taxas, os estatutos desses clubes impunham normas rigorosas para a aceitação de novos associados (Malaia, 2010, p. 33).

A rápida popularização do futebol teve como consequência indesejada para as elites a inserção de grupos não pertencentes aos estratos mais abastados de princípios do século XX. A seletividade de determinados clubes fez com que, em pouco anos, pululassem clubes-equipas, menos rigorosos na adesão de novos membros e clubes de fábrica, não constituídos pela livre iniciativa de sócios fundadores, mas pelo incentivo de industriais (Damo, 1998). A transmissão do futebol das elites para as demais classes sociais nas primeiras décadas do século passado ocorreu tanto aqui, como em outros países (Frydenberg, 2017). Fundado em 1909 na capital gaúcha, o Inter aparece quando o futebol começava sua popularização e capilarização no Rio Grande do Sul a partir do advento de novos clubes (Damo, 1998, p. 92). Embora não fosse um expoente das elites porto-alegrenses, o clube tampouco surgia das classes mais subalternas. Sua fundação, segundo as fontes oficiais da instituição, se deve aos irmãos Poppe: Henrique Poppe Leão, José Eduardo Poppe e Luiz Madeira Poppe. Estima-se que esses três irmãos, oriundos de São Paulo, tenham chegado à cidade em 1908. Eles eram filhos de um imigrante italiano, tinham vínculo com atividades de comércio e serviço público e já praticavam o esporte que então se tornara febre nas maiores cidades do país (Arquivo Histórico do Sport Club Internacional, [s.d.]).

O futebol em Porto Alegre era jogado, à época, principalmente por dois clubes de imigrantes alemães: o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense (Grêmio) – ainda existente e atualmente o maior rival dos colorados – e o Fuss-Ball Club Porto Alegre. O pioneirismo desses imigrantes pode ser atribuído à tradição associacionista da comunidade teuto-brasileira, à ascensão econômica imediata, à presença geográfica na cidade e ainda à manutenção de uma conexão com sua pátria de origem que permitisse se manterem a par dos modismos europeus (Damo, 1998, p. 90). Consta que os recém-chegados tinham o desejo de praticar o futebol nos clubes locais. Eles, contudo, não foram admitidos devido à seletividade e ao rigor daquelas sociedades esportivas:

Os irmãos Poppe realmente foram barrados no Grêmio, por razões bem compreensíveis se levarmos em conta o processo de admissão de novos sócios na época. Como outros clubes de natureza associativa e, como tal, imbuídos na preservação da identidade entre seus membros, os gremistas usavam critérios rígidos para admitir novos associados. Os neófitos precisavam de uma espécie de “ficha corrida” que atestasse a boa índole dos mesmos e, para tanto, dependiam da indicação de sócios mais antigos (Damo, 1998, p. 93-94).

Sem adentrar os pormenores que impediram a presença dos irmãos Poppe nos clubes mais elitizados, é inegável que o evento viabilizou o nascimento do Internacional, também dentro dos moldes do associacionismo. O novo *club* foi fundado em abril daquele ano, em uma reunião organizada na Rua da Redenção – atualmente Avenida João Pessoa – com a presença de cerca de 40 sócios-fundadores, onde se definiu José Leopoldo Seferin, que havia cedido sua casa para o encontro, como o primeiro presidente da entidade (Damo, 1998, p. 93). Tal rejeição sofrida pelos irmãos Poppe, além disso, é referida até hoje como o atestado de que o clube dos colorados nasceu – à despeito da política de discriminação na origem do gremismo – para brasileiros e estrangeiros (Arquivo Histórico do Sport Club Internacional, [s.d.]). É pertinente dizer que as rivalidades clubísticas são alimentadas pela produção de antagonismos simbólicos (Bromberger, 1995). No caso gaúcho, questões de classe social e raça são frequentemente mencionadas para distinguir os dois clubes. O Grêmio, cujo processo de profissionalização do futebol foi mais lento, passou a admitir tardiamente a admissão de jogadores negros. Além disso, é associado à branquitude e às elites. Suas torcidas historicamente mobilizaram contra adversários categorias de cunho racista (Bandeira, 2019). O Internacional, por sua vez, nomeia-se orgulhosamente o “Clube do Povo” do Rio Grande do Sul. Em suas torcidas, aparece ainda o vínculo com o carnaval e a figura do “coreano”, o mítico torcedor dos setores mais populares do estádio anterior às reformas e “elitização”¹⁰. Assim, no contexto dessa rivalidade, é comum que os gremistas sejam acusados de racistas e, historicamente, ela se alimenta de dois momentos fundamentais: a demora gremista em passar do amadorismo para o profissionalismo e, com isso, passar a utilizar jogadores negros; e na rejeição aos irmãos Poppe, fundadores do Inter.

De qualquer modo, é possível perceber a importância do associacionismo para a formação das equipes de futebol do período, fator que não pode ser minimizado para uma análise da política nos clubes de futebol. Decorrido mais de um século, esses dois

10. Como o setor mais barato do Beira-Rio se chamada “coreia”, dava-se ao seu frequentador a denominação “coreano”. Equivalente ao que em outros estádios chamava-se “geral”, a “coreia” era o setor mais próximo do campo de jogo, situado abaixo das arquibancadas inferiores, oferecia uma visão bastante restrita do jogo. A precariedade se refletia no preço dos ingressos, que custavam poucos trocados, mas não nas performances torcedoras, afinal a “coreia” é lembrada pela participação lúdica e entusiasmada de seus frequentadores.

principais clubes de Porto Alegre saíram da cena cidadina do futebol de então e ganharam projeção estadual, nacional e, por fim, continental. Superaram a marca dos cem mil sócios e, embora tenham assumido proporções inimagináveis para seus fundadores, seguem operando enquanto associações civis esportivas. Embora seja pouco pertinente equiparar essas duas épocas e inferir que os clubes de então são os mesmos que os de hoje, não trataremos dos meandros desse processo histórico. Contudo, a partir do momento de surgimento do futebol no Brasil, importa-nos considerar a presença e a permanência ideológica do regime associacionista no Inter e seu entorno esportivo.

2 “Todo o poder emana dos associados”¹¹: os sujeitos políticos do coloradismo

A política colorada e as eleições acompanhadas em 2020, quando um movimento que demanda “democracia” foi tão bem-sucedido, devem ser tratados, por certo, tendo ciência da herança associacionista, mas não apenas. No primeiro artigo de seu Estatuto Social, reformado em 2020, o Internacional se define como associação sem fins econômicos, fundada em 04 de abril de 1909 e destinada a atividades desportivas, sociais e culturais. No seguinte artigo, determina que: “Todo o poder emana dos associados, que o exercem por meio de seus representantes eleitos ou diretamente”. Nesse ponto, é impossível não notar a semelhança com a Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, que afirma, em parágrafo único do artigo primeiro: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

Mencionando direitos e deveres, o referido estatuto parece indicar que o sócio colorado é uma espécie de cidadão no futebol. Não chega a ser uma novidade a ideia de que os clubes se imaginam enquanto Estados Nacionais, formando comunidades de sentimento, adotando símbolos e mitos fundacionais. Não parece, portanto, descabido considerar que seus regimentos estejam influenciados por certas noções de cidadania e democracia, balizadas, neste caso, pela Estado de direito. Como efeito notável da ideologia associacionista, obtém-se, em lugar de um cliente consumidor, um sujeito político no seio do clube de futebol, o associado.

Considerando os esforços antropológicos na compreensão da cidadania, há uma série de estudos que trataram a respeito das maneiras pelas quais a categoria é vivida e transformada em diferentes contextos. Adjetivando a cidadania, demonstraram a diversidade da experiência do cidadão. Por outro lado, talvez tenham achatado a noção, subentendendo uma categoria sem necessidade de explicação:

11. Frase presente no Estatuto Social do Sport Club Internacional, Art. 2.

Um dos resultados dos recentes desenvolvimentos na antropologia da cidadania foi a proliferação de novos conceitos que funcionam acrescentando um adjetivo qualificativo ao termo cidadania. Os pesquisadores têm estudado a cidadania biológica, a cidadania flexível, a cidadania agrária, a cidadania insurgente, a cidadania terapêutica, a cidadania urbana, a cidadania farmacêutica, a cidadania formal e substantiva etc. O adjetivo qualificativo é importante, porque reconhece a diversidade da cidadania atual e reconhece que a cidadania liberal é uma forma entre muitas. No entanto, pela proliferação de adjetivos, corremos ainda o risco de assumir que sabemos o que é a cidadania em si, que a chave é o seu aspecto “biológico”, “urbano”, “diferenciado”, e que a cidadania não precisa de ser explicada como um conceito em si mesmo. Na realidade, devemos desconfiar de todos os essencialismos e reconhecer que a “cidadania liberal” deve ser ela própria plural, como atestam as variedades de liberalismo, tanto na realidade histórica como no pensamento político (Lazar, 2016, p. 9, tradução livre)¹².

Isso posto, mais interessante do que pensar em uma espécie de “cidadania esportiva”, seria perceber como determinadas noções de cidadania ou de democracia estão norteando tanto os clubes de futebol como seus associados e torcedores. No caso do Internacional, manifestam-se noções de universalidade e direitos do associado. Segundo o Estatuto Social, não há limitação do número de membros e tampouco restrições em função de “nacionalidade, gênero, religião, classe social, opção política, capacidades ou limitações individuais”¹³. São “direitos”, garantidos, participar da Assembleia Geral do clube; votar e ser votado; acessar as dependências do clube, consideradas as condições pessoais em caso de pessoa com deficiência; solicitar convocações extraordinárias de Assembleia Geral, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal; demitir-se. Entre os “deveres” discriminados, espera-se a adimplência das obrigações sociais; o cumprimento do Estatuto; a atualização dos dados cadastrais¹⁴. Além disso, o clube conta ainda com um complexo sistema político. Sua instância máxima de deliberação é a Assembleia Geral, “constituída pelos associados maiores de 16 anos, no gozo dos direitos estatutários, com voto pessoal e unitário”. A Assembleia é universal e deve se reunir de três em três anos

12. Original: “One of the results of recent developments in the anthropology of citizenship has been a proliferation of new concepts which work by adding a qualifying adjective to the term citizenship. Scholars have studied biological citizenship, flexible citizenship, agrarian citizenship, insurgent citizenship, therapeutic citizenship, urban citizenship, pharmaceutical citizenship, formal and substantive citizenship, etc. The qualifying adjective is important, because it recognises the diversity of citizenship today and acknowledges that liberal citizenship is one form among many. However, in the proliferation of adjectives we still risk assuming that we know what citizenship itself is, that the key is the ‘biological’, ‘urban’, ‘differentiated’ aspect, and that citizenship does not require explanation as a concept in its own right. Indeed, we should be wary of all essentialisms and acknowledge that ‘liberal citizenship’ must itself be plural, as attested by the varieties of liberalism both in historical reality and political thought”.

13. Estatuto Social do Sport Club Internacional, Art. 7.

14. Cf. Capítulo 3 do Estatuto, artigos 11 e 15.

para as eleições do Internacional, quando deve eleger o Conselho de Gestão e os membros do Conselho Deliberativo. Extraordinariamente deve ser reunida para aprovar ou reprovar alterações estatutárias, destituir integrantes eleitos do Conselho de Gestão ou quando convocada pelos associados. Abaixo da Assembleia Geral, estão o Conselho Deliberativo, constituído pelos conselheiros do clube; e o Conselho de Gestão, composto por Presidente e Vice-Presidentes da instituição. A este último compete administrar o clube, enquanto ao primeiro, fiscalizar. Ambos são definidos pela via eleitoral através da concorrência entre chapas, que são as facções formadas pelos diferentes movimentos políticos internos à instituição.

No quadro social do Internacional, há distinções em função dos diferentes planos adquiridos pelos sócios. Isso, porém, diferentemente de outros clubes, não acarreta desigualdade de direitos políticos. Nem sempre, no entanto, foi assim. No começo deste século, o clube, assim como os demais, flexibilizou suas normas para associação e aumentou substancialmente seu quadro, o que incrementou em significativas receitas. Esse foi o momento da aparição da figura do “sócio-torcedor” (Toledo, 2012), um associado que adquiria vantagens de consumo através de uma contribuição regular, mas que era impedido de participar da vida política da instituição. No caso colorado, esse processo coincidiu com o sucesso esportivo do começo do Século XXI, quando o clube, em menos de uma década, passou dos cerca de 10 mil sócios para mais de 100 mil, o que ensejou o sonho de certos dirigentes verem o estádio Beira-Rio acessível somente mediante associação (Teixeira Pinto, 2022, p. 287-293). Embora a ideia fosse elitizante, sobretudo quando somada ao fechamento da “coreia” e ao aumento do preço dos ingressos, o “estádio só para sócios”, de fato, chegou a ocorrer em certas ocasiões. Nas partidas mais atrativas, em jogos qualificados como decisivos e aguardados, a venda de ingressos sequer abre para torcedores não associados.

Ainda no caso colorado, há uma particularidade dos clubes de Porto Alegre em relação aos demais brasileiros. Apesar da incontestável elitização do Beira-Rio e do Olímpico (posteriormente da Arena do Grêmio) nas duas últimas décadas, houve ampliação de direitos políticos entre associados de todas os planos e categorias. Ao estenderem os direitos políticos aos novos associados, Internacional e Grêmio foram pioneiros em romper com um modelo de associação generalizada que era explicitamente inspirado em modalidades de fidelização do consumidor:

Ainda no ano 2000, numa ação arrojada, o Sport Club Internacional decide que seus sócios torcedores, mesmo os ligados aos planos mais baratos, passariam a ter direito a votar para presidente e eleger membros para o Conselho Deliberativo. Com a criação de planos acessíveis nos anos seguintes, o Inter passou a ter o maior quadro social do país, alcançando 42 mil sócios, e re-

alizando eleições com quase 17 mil eleitores. Anos depois, em meio a uma grande crise, o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense seguiu os passos do rival, reformando o estatuto para que o sócio pudesse ter participação na escolha do presidente e do conselho deliberativo do clube (Simões; Santos, 2018, p. 254).

O sócio-torcedor ajuda a desvelar aspectos elementares dos clubes inseridos em uma tradição associacionista. Se seguirmos com a análise do Estatuto Social do Internacional, veremos que o “torcedor” é uma figura forânea à entidade (cf. Teixeira Pinto, 2022, p. 116-118). Como sujeito, trata-se de uma pessoa não possui direitos nem deveres, e só é mencionado indiretamente no capítulo que trata das funções da Ouvidoria da instituição, definida como “órgão autônomo de comunicação entre o Clube e o torcedor”. Embora pertença à comunidade de sentimento, o torcedor não necessariamente faz parte da comunidade política – terreno por excelência dos associados. Dito de outro modo, o sujeito torcedor compartilha da experiência de pertencimento clubístico com os demais, assiste aos jogos e inclusive frequenta o estádio, porém não participa da política institucional. Toledo (2012, p. 150), no começo da década passada, já identificava nos novos planos sociais a formação de uma modalidade torcedora esvaziada da política e ancorada em uma nova disciplina do torcer. Essas transformações seriam exemplares da entrada dos agenciamentos mercadológicos do futebol de espetáculo a partir do último quarto do século XX, contexto que priorizou “seguidores” e “fãs” do esporte¹⁵ em detrimento dos “torcedores fanáticos” (Oliveira Jr, 2017; Simões, 2017). Há uma dualidade na hifenização “sócio-torcedor”: o primeiro termo ligado ao político; o segundo, ao consumo. Diferentemente do associado, a comunidade política por excelência do torcedor é a torcida em que faz parte. Ali participa, protesta, atua, briga etc. (Toledo, 1996; Hollanda, 2008).

A particularidade de Inter e Grêmio é que, à medida que a participação política foi estendida a toda a comunidade dos quadros sociais, não importando as relações pessoais que o sócio possa ter ou não, tampouco importando os valores da mensalidade de sua modalidade, a noção “sócio-torcedor”, que funciona tão bem para imensa maioria dos clubes da elite do futebol brasileiro, perde sentido. Ora, se a participação política foi ampliada sem restrições, mesmo os associados que não pertencem a grupos tradicionais podem, se reunidos em coletividades, adentrar os salões privativos, intrometer-se na tomada de decisões e – quando bem-sucedidos – incidir eleitoralmente sobre os movimentos e as plataformas de campanha eleitas para o governo do clube. O PdC, um movimento sócios que se sobressaiu ao defender direitos do torcedor, um sujeito político inexistente na institucionalidade do clube, está em meio a um processo que é

15. Para uma melhor compreensão dessas modalidades torcedoras, cf. a taxonomia proposta por Giulianotti (2002).

profundamente dual nos últimos tempos: é bem verdade que o processo de “sócio-torcedor” contribuiu para o encarecimento de ingressos e para a exclusão dos mais pobres; por outro lado – e isso se aplica melhor ao Inter e ao Grêmio conquanto tenham expandido a participação do quadro social –, fez com que a política clubística deixasse de ser exclusividade de suas classes dominantes, facilitando a intrusão de conselheiros(as) e dirigentes cuja trajetória pessoal tenha se dado principalmente nas arquibancadas, na condição de torcedor(a).

3 Da arquibancada ao conselho: arenização e efeitos colaterais na política clubística

Durante minha pesquisa com torcedores organizados (Teixeira Pinto, 2022), escutei com alguma recorrência que as torcidas não são grupos políticos e que tampouco há algo de “política” nas torcidas organizadas convencionais. Ao mesmo tempo, acompanhei o surgimento de grupos que se autodefiniram enquanto políticos. O contexto da “arenização”, excludente quanto a classe e raça, foi também o cenário da efervescência das torcidas LGBTQIAP+, queer, livres, antifascistas, autistas, entre outras (Anjos, 2018; Pinto, 2017; Pinheiro, 2020; Lopes; Dias; Penteado, 2022; Caldas; Andrade; Souza Jr, 2022), cujas fundações estiveram relacionadas à reivindicação do “direito de torcer” e da “democracia”. Este é um conjunto de coletividades extremamente diverso e seria equivocado entender que tal multiplicação de torcidas seguiu mesmos critérios, lógicas e categorias em suas autodefinições e atuações. Os antifas, por exemplo, podem ser divididos entre aqueles que criaram torcidas organizadas próprias com dada orientação política; aqueles que formaram células ou pequenos grupos dentro de torcidas organizadas já existentes; e, ainda, aqueles que se agrupam mas não necessariamente fazem parte de uma torcida, nova ou já existente (Lopes; Dias; Penteado, 2022, p. 3). De qualquer sorte, mais do que mapear todas estas formas de agrupamento, aqui, pode ser mais interessante pensar, conforme sugeriu Candea (2011), o que revela a determinação do “político”, desta vez, no caso do futebol. Enquanto na maioria das torcidas organizadas argumentava-se que, dada a ausência de ligações com partidos políticos, ideologias ou com movimentos sociais fora do futebol, não havia política, nos grupos contestatórios, como os citados, compreendia-se que o próprio pertencimento clubístico é também o terreno do político.

Em 2019, as dependências sociais do Inter, mais precisamente no Parque Gigante, receberam o evento “Encontro Nacional Direito de Torcer”, organizado em conjunto por diversos coletivos torcedores do país, incluindo a participação decisiva e engajada de associados pertencentes a grupos políticos do clube, além de pesquisadores do futebol e das torcidas organizadas. Foram três dias de um congresso acadêmico e não

acadêmico em que os representantes dessas torcidas se reuniram. Nele, debateu-se a propriedade e a democracia nos clubes de futebol, o encarecimento dos ingressos e os planos de sócio-torcedor, a diversidade nos estádios, o governo Bolsonaro e as frentes antifascistas ligadas ao futebol no país.

Seguindo com uma abordagem antropológica da democracia (Paley, 2002; Dullo; Hatzikidi; Cesarino, 2023), antes do que definir desde nossa perspectiva teórica no que consiste tal categoria ou outras como “cidadania” e “povo”, buscamos avaliar como elas aparecem etnograficamente para nossos interlocutores e quais são seus efeitos e implicações. No contexto do futebol brasileiro, a palavra “democracia” não surgiu nos anos recentes. Não podemos ignorar a experiência corintiana, na derrocada da ditadura militar durante os anos 80, quando dirigentes, jogadores e torcedores encamparam a luta pelo fim do regime ditatorial (Florenzano, 2009). A reivindicação atual da democracia e dos direitos também aparece como efeito de questões macropolíticas e econômicas, e sugerimos que podem ser pensados a partir da arenização dos estádios para a Copa do Mundo FIFA. Os novos estádios de futebol – bem como a remodelação de estádios antigos, alguns tidos como templos esportivos (Gaffney, 2008) como o Maracanã, o Mineirão e o Beira-Rio – produziram novas práticas do torcer e, por consequência, novos sujeitos torcedores. Quando surgem, no começo da década passada, as denominadas “torcidas politizadas” se utilizam das redes sociais, reunindo-se em grupos e páginas online, mas nem sempre apareciam identificadas nos estádios, configurando às vezes um pejorativo “ativismo de internet”. O cenário que se apresenta inicialmente é de pulverização torcedora: coletividades pequenas, diversificadas, efêmeras, desterritorializadas. Grupos minoritários quando comparados com as torcidas organizadas do mesmo período.

Esse momento, porém, é profundamente paradoxal. Enquanto novos sujeitos torcedores se inserem nos estádios e se organizam em coletivos, devemos nos lembrar do quadro de ampla insatisfação com a chegada da Copa do Mundo de 2014, cujos efeitos seriam sentidos inclusive nas Jornadas de Junho em 2013, sob gritos de “Não vai ter Copa!” e cartazes de “FIFA Go Home!”, “Queremos hospitais padrão FIFA” e muitos outros (Pinto, 2017; Curi, 2014; Barbieri, 2015; Damo, 2020). Os protestos que ocorreram em simultâneo com a Copa das Confederações, evento-teste que antecipou a Copa do Mundo, representaram um alargamento do futebol, desta vez projetado sobre a política partidária nacional – posto que, vistas como teatro (Balandier, 1982) ou como ritual político (Tambiah, 1996; Das, 1995; Peirano, 2001), as manifestações de 2013 tomaram os estádios e os megaeventos como símbolos de fracasso político e governamental.

No legado das jornadas de 2013, avaliou-se uma tendência de “conservative return” (Dullo, 2022; Hatzikidi; Dullo, 2021), considerando o avanço do bolsonarismo, presente nas ruas e convertido eleitoralmente em governo federal em 2018. Além

de palavras-chave como “Deus”, “pátria” e “família”, não podemos ignorar que, nas manifestações da extrema direita, um importante item oriundo do universo esportivo teve protagonismo ao criar coesão à tendência conservadora: a camisa da seleção brasileira de futebol. Os protestos de rua que, antes apresentavam diversidade de cores e cânticos de diferentes partidos políticos e movimentos sociais, em sua versão bolsonarizada teriam a “amarelinha” como seu uniforme (Guedes; Silva, 2019; Resende, 2024). Nos estádios de futebol, porém, parece ter ocorrido efeito inverso. Após 2013, os grupos de torcedores “politizados” e engajados na defesa de suas noções de democracia cresceram significativamente e, em casos como o Colorado, se converteram em forças políticas institucionalizadas.

O PdC é exemplar desta tendência. Não se trata de uma torcida ou de um coletivo “antifa” que atua no futebol. É, na verdade, uma coletividade formada especificamente para participar, concorrer, disputar posições políticas no Inter: um “movimento”, para usar o termo da política colorada. É fácil, no entanto, entender como o PdC angariou apoio de torcidas organizadas, construiu ligações com coletividades antifascistas ou “politizadas”, além de conquistar a simpatia de sócios e torcedores colorados ligados a grupos políticos de esquerda. Criado em 2012, seu surgimento ocorreu justamente no ano em que o estádio Beira-Rio era utilizado em meio às obras para a Copa, apesar de entulhos e escombros interditar o uso de alguns setores. Cabe dizer que a remodelação do estádio foi questão central de disputas entre dirigentes e associados, tendo sido inclusive o principal motivo da fragmentação do Movimento Inter Grande (MIG), então o principal grupo dirigente do clube¹⁶. Congregando pessoas oriundas de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e outras formas de ativismo à esquerda do espectro político-partidário, o PdC criou um espaço inovador para a oposição à elitização do futebol (Oliveira Jr, 2017, p. 117). Enquanto via-se, aqui e em outros países, a manifestação de arquibancada contrária ao chamado “futebol moderno” (Simões, 2017; 2020; 2022; Dyal, 2018; Lopes; Hollanda, 2018) mais como manifestação estética do que propriamente inferindo grandes efeitos nas políticas esportivas, o insurgente movimento de sócios colorados colocou candidatura aos cargos políticos de um clube de milhares de sócios e milhões de torcedores, tendo surpreendente êxito nas eleições do conselho deliberativo do clube.

A atuação desta coletividade se manteve em crescimento desde então. Seu desenvolvimento tem sido abordado e documentado por pesquisas (Oliveira Jr, 2017; Teixeira Pinto, 2022) desde a obtenção dos primeiros assentos no conselho deliberativo do clube

16. Este tema já foi discutido em outros momentos (Teixeira Pinto, 2022) e não vamos adentrar aqui os detalhes da controvérsia entre dirigentes colorados. Importa mencionar que, como defendiam modelos divergentes de reforma do estádio, o ex-presidente Vitório Piffero rompeu a aliança com o então presidente Giovanni Luigi, provocando relevante mudança de rumos na política colorada.

até a participação recente em cargos oferecidos pela gestão, afinal, rapidamente o PdC se tornou em um dos movimentos mais votados nas eleições que participou. Para nossos interesses aqui, importa considerar que palavras-chave empregadas em suas campanhas são a noção de “democracia” e a defesa do “povo colorado”, que inclusive dá nome ao movimento. Embora, o PdC consiga atrair a simpatia de torcedores e associados interessados no combate às discriminações de gênero, de sexualidade, de deficiências, entre outras, o mote principal de sua atuação se direciona à redução das desigualdades raciais e de classe no clube. Isso pode ser percebido em suas principais conquistas dentro do “parlamento” colorado.

A mais destacada delas foi a implementação de uma modalidade de associação voltada para a inclusão de pessoas de baixa renda, chamada “Academia do Povo”¹⁷. Ela não consiste precisamente em uma ação afirmativa de reparação racial, embora seja fundamentada na ideia de que pessoas de classes subalternas e pessoas pretas tenham sido alijadas do estádio após a recente elitização. Outra conquista do PdC se deu em apoio às torcidas organizadas com a reivindicação de um setor sem cadeiras nos estádios, atendendo às demandas de grupos que valorizam uma dada participação performativa durante o jogo¹⁸. Quanto às reparações de gênero e sexualidade no ambiente esportivo, no entanto, não se verificam ações específicas com o mesmo alcance¹⁹.

Valendo-se do Estatuto do clube, em que a participação política é direito assegurado a qualquer modalidade de pertencimento ao quadro social, não sendo privilégio das classes estabelecidas no dirigismo esportivo, o PdC, em lugar de um conjunto pulverizado de torcidas, propiciou um espaço formalizado para o debate da diferença, agregando, ao longo dos anos, novas bandeiras à sua luta por um “futebol popular” e “democrático”. No caso do Inter, e possivelmente de outros clubes brasileiros, este grupo teve origem durante a fase de remodelação do estádio colorado e encarecimento dos ingressos. A Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos no período dos megaeventos foram ponto de partida para críticas que se originaram fora do mundo esportivo, desestabilizando radicalmente a política partidária no país e abrindo terreno para a ascensão

17. Para ter direito a esta modalidade, basta ser beneficiário de programas sociais ou comprovar baixa renda. O valor da mensalidade social é de R\$ 10,00. Ela permite a aquisição de ingressos também pelo valor unitário de R\$ 10,00.

18. Após a reforma do Beira-Rio, para adequar-se ao padrão *all-seated* que prescreve que todos os lugares devem ser ocupados por cadeiras numeradas, torcidas organizadas e alguns sócios, especialmente do PdC, pressionaram para que a direção do clube reservasse um setor sem cadeiras. Argumentam inclusive que isso seria benéfico para o desempenho esportivo do time, visto que contribuiria para melhorar o “ambiente de jogo”. Atualmente, o Portão 7 é este setor, seu ingresso é mais barato do que o de outros setores e é ocupado pela barra Guarda Popular, a torcida mais numerosa vinculada ao Inter.

19. As pautas eleitorais mais recorrentes do movimento, neste aspecto, dizem respeito normalmente à reivindicação de investimentos e manutenção no time de futebol da modalidade feminina. Não obstante, é preciso dizer que o movimento é bastante enfático em afirmar o apoio à garantia de direitos de mulheres, pessoas LGBTQIAP+ e PCDs.

de grupos conservadores. Na direção contrária – para dentro dos estádios –, porém, se converteram, como efeitos colaterais da arenização, em críticas ao avanço das novas formas de segregação oriundas da elitização e da reconfiguração racial do futebol brasileiro no século XXI.

Considerações finais

Clubes de futebol, compostos como sociedades civis no início do século XX, deram origem, no Brasil, a comunidades de sentimento vastas e diversas, gerando, com isso, um conjunto amplo de associações derivadas. As torcidas organizadas são as mais conhecidas entre elas, mas podemos recordar agora as coletividades de torcedores e de associados que se reúnem em torno de seus interesses e desejos de participação política em seus clubes. Há hoje uma literatura cada vez mais detalhada e pormenorizada dos estudos do futebol. Sabemos que os anos 1960 e 1970 foram décadas marcadas pela multiplicação de torcidas jovens e independentes no futebol brasileiro (Hollanda, 2008; 2012; Teixeira, 1998; Anjos, 2018); a década de 2000 viu, por sua vez, o surgimento de barras e ultras, modalidades de organização torcedora que renovaram regionalmente as formas de torcer (Rodrigues, 2012; Pinheiro, 2020); mais atualmente torcidas femininas, feministas, livres e LGBTQIAP+, antifas, entre outras têm aportado formas de mobilização que se ancoram tanto em espaços online como nas arquibancadas (Teixeira Pinto, 2022; Pinheiro, 2020; Anjos, 2018; Pinto, 2017). Neste último conjunto, há uma diversidade de formas de atuação – que se dirigem simultaneamente para dentro e para fora dos clubes – a ser explorada.

Como procuramos demonstrar, os clubes de futebol sempre foram caracterizados por formas de desigualdade, discriminação e segregação historicamente variáveis. Em que pese sua forte inspiração em ideais e noções de pessoa do liberalismo associativo do século XIX, a igualdade em clubes sociais apenas se deu em espaços restritos de sociabilidade: primeiro a igualdade entre os *sportsmen*, poucos homens pertencentes a elites econômicas e raciais, depois entre um quadro mais seleto ainda, o dos dirigentes e dos conselheiros, uma elite dentro da elite, que se mantém em muitos clubes que não estenderam direitos de participação política a todo o quadro social. Sem participação política, torcedores comuns e sócios-torcedores, ficaram à margem durante a fase de arenização.

O caso colorado, desde os últimos anos, aponta na direção inversa. O Povo do Clube é um grupo político de atuação institucional que se origina posteriormente à implementação das estratégias de marketing que baratearam e popularizaram os planos de associação ao Internacional ao mesmo tempo em que encareceram o preço dos ingressos, restringindo o acesso ao Beira-Rio. A trajetória desse movimento, “das arqui-

bancadas para o Conselho Deliberativo”, nos coloca frente ao que, ao menos em teoria, poderia ser um reordenamento das classes dirigentes desse clube de futebol por meio do aumento dos quadros sociais e do conseqüente alargamento dos colégios eleitorais: de um lado, elitização do estádio, de outro, extensão de quadro social, colégio eleitoral e eventual possibilidade de novos perfis sociais no “parlamento” do clube. Definições de “democracia”, conforme aportadas ao futebol por movimentos políticos como aqueles que hoje estão consolidados no Inter, ligam-se ao entendimento de que a “elitização” dos estádios, que criou novas arenas e remodelou “templos” do futebol, beneficiou a presença de determinados públicos em detrimento de outros, resultando no embranquecimento de estádios, como o Beira-Rio, historicamente associado às classes subalternas. Por isso, conceitos como “democracia” e “direitos” do torcer estão sendo associados à marcada segregação de cunho racial e social, que alijam o chamado “povo” da fruição futebolística e o Inter de sua identidade popular. Não sem razão, a arenização impõe reordenamentos do coloradismo, uma ideologia clubística em que a famosa alcunha “O Clube do Povo do Rio Grande do Sul” foi eternizada a partir do dirigente Vicente Rao depois da incorporação do carnaval às arquibancadas do Estádio do Eucaliptos e do memorável time do “Rolo Compressor”, protagonizado por jogadores que, devido à barreira racial, não seriam permitidos nos demais clubes de elite de Porto Alegre.

Referências

ANJOS, Luiza Aguiar dos. **De “são bichas mas são nossas” à “diversidade da alegria”**: uma história da torcida Coligay. Tese (Doutorado em Ciência do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 388. 2018.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. UNB, 1982.

BANDEIRA, Gustavo Andrada. **Uma história do torcer no presente**: elitização, racismo e heterossexismo no currículo de masculinidade dos torcedores de futebol. Curitiba: Appris, 2019.

BARBIERI, Alexia. **Do FIFA go home ao “Fora Dilma”**: uma etnografia dos protestos de rua em Porto Alegre (2013-2015). Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 77. 2015.

BARRETO, Tulio. As recentes manifestações de torcidas antifascistas no Brasil. **Ludopédio**, São Paulo, v. 132, n. 26, 2020. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/torcidas-antifascistas/>. Acesso em: 18 set. 2024.

BROMBERGER, Christian. **Le match de football**: ethnologie d’une passion partisane à Marseille, Naples et Turin. Paris: Édition de la Maison des Sciences de l’Homme, 1995.

CALDAS, Philipe; ANDRADE, Marianna; SOUZA JR, Roberto. Entre torcidas organizadas e torcidas antifascistas: considerações sobre as políticas do torcer e suas resistências. **FuLiA/UFMG**, v. 7, n. 1, p. 52-81, 2022.

CANDEA, Matei. Our division of the universe. Making a space for the non-political in the Anthropology of Politics. **Current Anthropology**, v. 52, n. 3, p. 309-334, 2011.

CURI, Martin. Vem pra rua: as manifestações durante a Copa das Confederações 2013. **Projeto História**, v. 49, p. 237-257, 2014.

DAMO, Arlei Sander. A tragédia que a Copa legou ao Brasil - as Jornadas de Junho e a efervescente anticorrupção. **Interseções**, v. 22, n. 2, p. 167-200, 2020.

DAMO, Arlei Sander. **Para o que der e vier**: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 255. 1998.

DAS, Veena. **Critical Events**. An Anthropological Perspective on Contemporary India. Dehli: Oxford University Press, 1995.

DULLO, Eduardo. A political ritual without closure: serial liminality and the escalation of conflict in Brazil's Street Demonstrations. **Bulletin of Latin American Research**, v. 41, n. 5, p. 695-709, 2021.

DULLO, Eduardo; HATZIKIDI, Katerina; CESARINO, Letícia. Por uma antropologia da democracia - e seus desafios. **Horizontes Antropológicos**, v. 29, n. 65, e650201, 2023.

DYAL, Mark. **Hated and proud**: ultras contra modernity. London: Arktos, 2018.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Tradução de Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: DIFEL, 1992.

FERNANDES, Hevilla. Um recado às esquerdas: é preciso parar de rebaixar o futebol e ocupar as arquibancadas. **Ludopédio**, São Paulo, v. 136, n. 33, 2020. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/archibancada/um-recado-as-esquerdas/>. Acesso em: 18 set. 2024.

FLORENZANO, José Paulo. **A democracia corintiana**: práticas de liberdade no futebol brasileiro. São Paulo: Educ FAPESP, 2009.

FRANCO JUNIOR, Hilario. **A dança dos deuses**: futebol, cultura, sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRYDENBERG, Julio. **Historia social del fútbol**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2017.

GAFFNEY, Christopher. **Temples of the Earthbound Gods**. Stadiums in the Cultural Landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires. Austin: University of Texas Press, 2008.

GIULIANOTTI, Richard. Supporters, Followers, Fans, and Flaneurs. A Taxonomy of Spectator Identities in Football. **Journal of Sport & Social Issues**, v. 26, n. 1, p. 25-46, 2002.

GUEDES, Simoni Lahud. O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais. **Cuadernos de Aletheia**, v. 3, p. 73-89, 2019.

HATZIKIDI, Katerina; DULLO, Eduardo. **A Horizon of (Im)Possibilities**. London: University of London Press, 2021.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque de *et al.* **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 85-122.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de. **O clube como vontade e representação**: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol no Rio de Janeiro (1967-1988). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 771. 2008.

HORN, Lucas; MAZO, Janice. Um estudo histórico sobre a torcida do “Gremio Esportivo Renner” de Porto Alegre/RS (1945-1959). **Pensar a prática**, v. 12, n. 2, p. 1-13, 2009.

KARLS, Cleber. **Modernidades sortidas**: o esporte oitocentista em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 186. 2017.

LAZAR, Sian. Citizenship. In: **The Cambridge Encyclopedia of Anthropology**. [S.l.]: [s.n.], 2016. p. 1-11.

LEITE LOPES, Jose Sergio. Esporte, Emoção e Conflito Social. **Mana**, v. 1, n. 1, p. 141-166, 1995.

LOPES, Felipe; DIAS, Camila; PENTEADO, Claudio. Torcedores de futebol e ativismo esportivo: uma análise da agenda política e das formas de atuação do Bloco Tricolor Antifa. **Record**, v. 15, n. 2, p. 1-23, 2022.

LOPES, Felipe; HOLLANDA, Bernardo Buarque de. “Ódio eterno ao futebol moderno”: poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios da cidade de São Paulo. **Tempo**, v. 24, n. 2, p. 206-232, 2018.

MALAIÁ, João Manuel. **Revolução Vascaína**: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 501. 2010.

MALAIÁ, João Manuel. Torcer, torcedores, torcedoras, torcida (bras.): 1910-1950. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque de *et al.* **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 53-85.

MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras**: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MAZO, Janice. **A emergência e a expansão do associativismo desportivo em Porto Alegre - Brasil (1867-1945)**: Espaços de representações da identidade cultural teuto-brasileira. Dissertação (Doutoramento em Ciência do Desporto) – Universidade do Porto. Porto, p. 376. 2003.

MELO, Victor. **Cidade Sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MELO, Victor. Sportsmen: os primeiros momentos da configuração de um público esportivo no Brasil. *In: HOLLANDA, Bernardo Buarque de et al. A torcida brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 21-52.

MOREIRA, Verónica. Fútbol, modelos jurídicos y mercado: el dilema de los clubes en Sudamérica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 116, p. 135-154, 2018.

OLIVEIRA JR, Ricardo. **A reviravolta dos “fanáticos”**: arenização, agenciamentos mercadológicos e novos movimentos políticos a partir do Sport Club Internacional. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 287. 2017.

OLIVEIRA, Eric. O ópio do povo? O futebol e as manifestações políticas no Brasil entre 2013 e 2020. **Sociedade E Cultura**, v. 24, p. 1-39, 2021.

PALEY, Julia. Toward an anthropology of democracy. **Annual Review of Anthropology**, v. 31, p. 469-496, 2002.

PEIRANO, Mariza. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. *In: PEIRANO, Mariza (Org.). O dito e o feito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 17-42.

PINHEIRO, Caio. **As ondas que (se) movem (n)o mar das torcidas: das charangas à guinada antifascista na Ultras Resistência Coral (1950-2020)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 424. 2020.

PINTO, Celi. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, v. 100, p. 119-153, 2017.

PINTO, Mauricio R. **Pelo direito de torcer: das torcidas gays aos movimentos de torcedores contrários ao machismo e à homofobia no futebol**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 126. 2017.

RESENDE, Marcio. **A amarelinha é de quem?** Narrativas midiáticas para o “dessequestro” da camisa da seleção brasileira de futebol. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 171. 2024.

RODRIGUES, Fabricio. **Amizade, trago e alento. A Torcida Geral do Grêmio (2001-2011) da rebeldia à institucionalização: mudanças na relação entre torcedores e clubes no campo esportivo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 140. 2012.

RONCHETE, Nathalia. Ciberativismo das torcidas antifascistas nas eleições de 2018: uma análise quantitativa. **FuLiA/UFMG**, v. 6, n. 1, p. 6-27, 2021.

SAID, Gabriel. De carrinho no fascismo: o antifascismo e o futebol. **Ludopédio**, São Paulo, v. 132, n. 5, 2020. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/de-carrinho-no-fascismo-o-antifascismo-e-o-futebol/>. Acesso em: 18 set. 2024.

SIMÕES, Irlan. (Org.). **Clube empresa**: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol. Rio de Janeiro: Corner, 2020.

SIMÕES, Irlan. **Clientes versus Rebeldes**: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

SIMÕES, Irlan. **O Clube no século XXI e o fator “supporter”**: estudos sobre poder, negócio e comunidade no futebol-espetáculo. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 369. 2022.

SIMÕES, Irlan; SANTOS, Anderson. Democracia torcedora versus vantagens consumistas. **Mosaico**, v. 9, n. 14, p. 246-261, 2018.

TAMBIAH, Stanley. **Leveling Crowds**: Ethnonationalist Conflicts and Collective Violence in South Asia. California/London: University of California Press, 1996.

TEIXEIRA PINTO, Vinícius. **Sociedades do torcer - uma etnografia da política e dos faccionalismos a partir de clubes de futebol no Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 408. 2022.

TEIXEIRA, Rosana da Camara. **Os perigos da paixão**: filosofia e prática das Torcidas Jovens Cariocas. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 221. 1998.

TOLEDO, Luiz Henrique de. Políticas da corporalidade: socialidade torcedora entre 1990-2010. In: HOLLANDA, B. B., *et al.* **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7letras, 2012. p. 122-158.

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Torcidas organizadas de futebol**. São Paulo: ANPOCS/Autores Associados, 1996.